



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7290 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

EDUCAÇÃO INFANTIL NA BAIXADA FLUMINENSE EM TEMPOS DE PANDEMIA: REFLEXÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS

Marina Castro - UERJ/FEBF - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Isabele Lacerda Queiroz - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Luciana Barbosa Fernandes - UFRRJ - PPGEDUC - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

EDUCAÇÃO INFANTIL NA BAIXADA FLUMINENSE EM TEMPOS DE PANDEMIA: REFLEXÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS

Este trabalho tem como finalidade refletir sobre a participação das famílias na educação infantil (EI) pública da Baixada Fluminense no contexto da pandemia. A crise sanitária que se instaurou no Brasil traz grandes desafios para a gestão pública educacional – como propor um trabalho educativo de qualidade para as crianças pequenas, de forma não presencial, tendo o diálogo com as famílias como princípio? Dentro desse cenário, as famílias passam a ser ainda mais centrais nos processos pedagógicos, já que se tornam mediadoras importantes das relações com a escola, com os professores, com as crianças e com o conhecimento.

A Baixada Fluminense, localizada na região metropolitana do Rio de Janeiro, é composta por 13 municípios. Esta região sofre uma série de problemas sociais, em decorrência de seu processo histórico, que é marcado pela ausência de políticas públicas eficientes. Hoje este território abriga grande diversidade e desigualdade econômica, havendo desde municípios com alto grau de dinamismo econômico, como outros com extrema pobreza. Se a pandemia já alarga a desigualdade social num país já tão desigual como o Brasil, as consequências para regiões como esta podem ser graves e complexas, visto que mesmo nos municípios em melhores condições, a população que frequenta as escolas públicas são as mais vulneráveis, nem sempre alcançadas pelas políticas emergenciais implementadas nesse período.

A pandemia atual traz um agravamento das condições precárias que muitas famílias já viviam, evidenciando o caráter discriminatório da quarentena, especialmente para um grande grupo que não tem condições de fazê-la. Essa é a realidade de boa parte das famílias das crianças que frequentam a EI da Baixada, muitas delas chefiadas por mulheres que exercem subempregos e tem nessa instituição o apoio pedagógico, emocional e social para suas crianças. Com a suspensão das atividades educacionais presenciais, a vulnerabilidade das crianças é acentuada na medida em que a maioria dessas famílias não possui recursos financeiros, não tem acesso pleno a alimentação e dificuldades para compreender e mediar atividades escolares.

Este estudo está inserido numa pesquisa interinstitucional que utilizou como instrumento metodológico um questionário, destinado aos responsáveis pela EI pública da Baixada Fluminense, com questões fechadas e abertas, que abarcam diferentes aspectos da gestão, como a participação das famílias. É importante destacar que dentre os 13 municípios, a pesquisa obteve a devolução de 10 questionários, aproximadamente 77% da amostra. A escolha do questionário permitiu agilidade na coleta de informações dispersas num território extenso (KRAMER, 2001).

A centralidade da relação da família com as instituições de EI é estabelecida sob os princípios legais que normatizam o trabalho da creche e da pré-escola (BRASIL, 1996; 2010). A compreensão de que a família e a escola partilham da responsabilidade de educar e cuidar das crianças pequenas demanda a criação de espaços e tempos de participação das famílias. Para Oliveira (2016), a noção de complementaridade presente nos documentos legais aponta para a interdependência, para o respeito às culturas familiares, bem como preserva a identidade das instituições de EI.

Historicamente, essa relação é marcada pelo distanciamento, pela ausência de diálogo, tensionada por estereótipos e preconceitos cristalizados por diferentes dispositivos disciplinares - jurídicos, médicos, psicológicos, religiosos, pedagógicos (SARTI, 2008). A escola tem exercido uma função de negar a diversidade, não reconhecendo a singularidade de cada família. É recorrente um olhar de desqualificação para as famílias de classes populares, tomadas como inadequadas, até tóxicas na educação dos seus filhos. A negação da diversidade deve-se a concepção de família como natureza, uma idealização projetada num modelo supostamente adequado, e a concepção de pobreza que faz do pobre um pária, um outsider (ELIAS; SCOTSON, 2000).

A partir de leituras e releituras das respostas dos municípios, identificamos um movimento paradoxal – esforços para inclusão das famílias coexistem com a ausência de ações que garantam sua participação. Como resultados iniciais, o estudo identifica: (i) dos 10 municípios respondentes, 5 acreditam que as estratégias adotadas têm como finalidade a manutenção de vínculos com as famílias; (ii) 60% dos municípios não consultaram as famílias sobre as escolhas das estratégias utilizadas nesse contexto de suspensão das atividades; (iii) sobre a escuta das famílias em relação ao que estão sentindo e produzindo nesse momento de pandemia, 90% responderam positivamente (citam a realização de reuniões virtuais, contato por *WhatsApp*, por redes sociais, na instituição escolar quando as famílias vão retirar os materiais impressos, preenchimento de formulário google); (iv) 60% dos municípios não possuem estratégias de avaliação junto às famílias dos materiais produzidos (os que possuem mencionam a produção de relatórios, reuniões remotas, trocas pelo *WhatsApp*, preenchimento de formulário google, avaliação por meio de falas informais); (v) os cinco municípios que aderiram plataformas educativas não ofereceram formação às famílias; (vi) 50% dos municípios respondentes realizaram um mapeamento sobre as condições das famílias.

De acordo com as respostas, é possível observar um consenso sobre a importância das famílias no processo educativo no contexto da pandemia, contudo essa noção não parece ser traduzida de forma plena. Algumas questões emergem: qual a compreensão de escuta e de participação partilhada pelos gestores? As estratégias citadas garantem um diálogo autêntico, uma aproximação aos desafios das famílias? Como pensar em participação das famílias num contexto de distanciamento social em que não há ações de garantia de acesso à internet e aos artefatos tecnológicos? Como as secretarias têm compreendido o papel do acompanhamento, juntos às famílias, das propostas não presenciais? Quais são os limites dos responsáveis pela EI na construção de uma cultura democrática e participativa?

Essas reflexões parecem colaborar com a construção de um trabalho educativo que

respeite o princípio da democracia e da participação; com abertura, escuta e valorização da diversidade das culturas familiares; uma aproximação de como crianças e suas famílias estão vivendo a pandemia; como estão experimentando essas propostas não presenciais; escapando de práticas duras e burocráticas. O trabalho com as famílias, nesse momento de pandemia em especial, deve localizar necessidades, dúvidas, angústias, vulnerabilidades, mas também potências. A pandemia pode colaborar no enfrentamento desse modelo de relação de dominação, muitas vezes sutil, nas relações entre famílias e escolas.

Palavras-chave: Participação das Famílias. Educação Infantil. Pandemia. Baixada Fluminense.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, 1996

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEB, 2010.

KRAMER, Sonia (coord.) [et al]. *Relatório de pesquisa: formação de profissionais da Educação Infantil no Estado do Rio de Janeiro*. Apoio CNPQ/FAPERJ. Puc-Rio. Rio de Janeiro: Ravil, 2001.

ELIAS, Nobert; SCOTSON, Jonh. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

OLIVEIRA, Maria das Graças. A construção cotidiana da relação entre a família e a creche pública no cuidado e na educação das crianças. In: REIS, Magali; BORGES, Roberta Rocha (orgs.). *Educação Infantil: arte, cultura e sociedade*. Curitiba: CRV, 2016.

SARTI, Cynthia. Famílias enredadas. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia (orgs.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2008. p. 21-36.